



CLIPPING INTERNET
28/02/2021 ATÉ 28/02/2021



INDÍCE

1	CORREGEDOR (A)	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	EXECUÇÕES PENAIS	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	2
3	NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
	3.1 BLOG JO FERNANDES.....	3
	3.2 SITE O MARANHENSE.....	4
4	SERVIDOR PÚBLICO	
	4.1 BLOG O INFORMANTE.....	5
5	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	5.1 BLOG CRISTIANA FRANÇA.....	6
	5.2 BLOG GILBERTO LEDA.....	7
	5.3 SITE JORNAL PEQUENO.....	8

No Maranhão, instituto sem fins lucrativos cobra o repasse de 16 bilhões da Petrobras para redução do preço dos combustíveis

Em ação civil pública, distribuída na Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís-(MA), o instituto ICDESCA, presidido pelo Sr. Nodson Júnior, ajuizou uma ação cobrando o repasse dos valores pagos pelos consumidores e recuperados pela Petrobras para redução do preço dos combustíveis em território nacional; a ação pede, ainda, que a companhia apresente as planilhas de custos dos últimos 12 meses.

O ICDESCA, após análise multidisciplinar, identificou nas demonstrações financeiras da Petrobras o valor de mais de 16 bilhões pagos pelos consumidores em que a companhia pleiteou a restituição dos valores pagos a maior com a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins. No balanço divulgado em 24/02/2021, a Petrobras informa que já compensou 10 bilhões, mas não fez qualquer menção do repasse desses valores como redução do preço dos combustíveis, que nas bombas de São Luís poderia chegar a uma média de 12% a menos no valor do litro. A companhia informou que registrou um lucro líquido de R\$ 59,9 bilhões no 4º Trimestre/2020, onde parte desses lucros são decorrentes da revisão de obrigações futuras da empresa, pelos ganhos com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins de R\$ 16,4 bilhões.

Por meio da geração de caixa, com o dinheiro dos consumidores, a companhia, ressalta nas suas demonstrações que, tendo em vista a forte performance de geração de caixa e a contínua redução da dívida, propõe ao Conselho de Administração a distribuição de R\$ 10,3 bilhões em dividendos, ou seja, de pagar para acionistas que, na sua maioria são grandes fundos estrangeiros, em detrimento a população brasileira que tem que pagar a conta com o aumento do preço dos combustíveis.

O juiz do caso, Douglas de Melo Martins, intimou a Petrobras para prestar esclarecimentos no prazo de 72 horas, para que possa julgar o pedido da Tutela Antecipada.

Veja o Despacho.

Acordo corrige número de vagas para negros no concurso da Câmara de SLZ

Em audiência de conciliação, realizada em 23 de fevereiro, o Ministério Público do Maranhão, a Fundação Sôsândrade e a Câmara de Vereadores de São Luís firmaram acordo judicial para corrigir o quadro de vagas reservadas a negros e pardos no concurso público, regido pelo Edital nº 001/2018, da casa do Legislativo Municipal.

A correção foi pleiteada em Ação Civil Pública proposta, no dia 2 de fevereiro, pela titular da 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais, Márcia Lima Buhatem.

Pelo acordo, a Câmara efetuará o preenchimento de 10 vagas diretas para completar o percentual de 20% do total exigido em lei destinado a negros e pardos. Também destinará mais 15 vagas em cadastro de reserva.

A Câmara Municipal de São Luís e a Fundação Sôsândrade também se comprometem a realizar, no próximo dia 10 de março, a convocação dos candidatos não eliminados para a heteroidentificação racial.

Devem, ainda, proceder, de 9 a 11 de abril, à identificação racial dos convocados, conforme edital lançado na página do concurso.

Além disso, devem divulgar até o dia 27 de abril o resultado final da heteroidentificação, após o julgamento de eventuais recursos. Os aprovados entram de acordo com sua pontuação na classificação.

O acordo foi homologado pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Direitos Difusos de São Luís.

Corregedoria Geral da Justiça lança Programa Minha Terra

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) lançou, na manhã desta sexta-feira (26), o Programa Minha Terra, que tem a finalidade de fomentar ações para regularização de áreas urbanas e rurais, inicialmente, em 30 municípios do Estado. A iniciativa conta com o apoio dos órgãos dos três poderes, entidades afins e sociedade civil organizada.

No lançamento do Programa Minha Terra, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, destacou que o Poder Judiciário tem importante papel na frente de atuação social, protagonismo trazido, principalmente, a partir de 2004, com a chamada reforma do Judiciário. Ele destacou que a modernização da Justiça está em curso permanente, com a adoção de tecnologias e metodologias de trabalho que refletem na melhor atuação da instituição perante os conflitos sociais.

“Há um eixo que quero tratar de modo especial, que é o da pacificação, da desjudicialização dos conflitos. É exatamente nesse ponto que entra o trabalho da Justiça, com o trabalho da Coordenação de Regularização Fundiária. O Judiciário moderno percebeu que não pode chegar apenas com ações remediadoras, após o conflito já estar instaurado. O nosso papel, em cooperação com os demais órgãos, é de identificarmos e intervir no conflito em estado de latência, a fim de evitarmos que ele se concretize”, defendeu.

Sobre os trabalhos de cooperação, que serão realizados para concretização do Programa, Velten afirmou que é preciso a efetiva atuação interinstitucional. Ao citar a Constituição Portuguesa, o corregedor lembrou que os poderes precisam agir de forma interdependente, meio pelo qual é possível para atender às expectativas da população.

“Precisamos reunir o melhor de nossas forças para trazer a paz social, que, neste caso, vem com a entrega da titulação da propriedade para aquele que ocupa e usufrui de sua moradia. Os poderes do Estado devem atuar conjuntamente voltados para atender aos anseios da sociedade, que esperam o seu pleno funcionamento. Esse é o grande desafio colocado sobre nossos ombros, como gestores públicos”, concluiu.

A coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária, juíza Ticiany Gedeon, disse que não é mais possível relegar a importância da pauta da regularização fundiária, que ela classificou como urgente. A magistrada afirmou que o objetivo do Programa é estimular ações interinstitucionais entre os órgãos dos três poderes, entidades afins e sociedade civil organizada, em razão do emaranhado de normas e competências distintas, para que a implementação de ações aconteçam.

“É preciso compatibilizar as nossas atividades para que o planejamento seja executado, sem que as expectativas, legítimas de cada um e principalmente a do cidadão, não sofram frustrações graves”, conclamou.

A coordenadora garantiu que a medida também impactará na diminuição dos conflitos fundiários, onde é comum verificar a especulação imobiliária e grilagem de terras, que, segundo ela, teve sensível aumento na região do Matopiba. Ela destacou que o trabalho prosseguirá com a realização de encontros periódicos, formalização de termos de cooperação e capacitação de equipes técnicas pela plataforma da Escola da Magistratura (ESMAM).

Representando o governador Flávio Dino, o secretário de Estado de Programas Estratégicos, Luis Fernando, afirmou que o Governo do Maranhão dará todo apoio necessário e que esta é também uma prioridade do Executivo estadual, inclusa nos 65 compromissos de gestão. Ele chamou a atenção para três dimensões que a iniciativa representa.

“O primeiro é nas famílias, objeto principal, na medida em que garante a legitimação da propriedade, justiça social e desenvolvimento humano, econômico e social. A outra é o Estado, enquanto poder que resguarda e garante direitos. E tem a municipal, ou seja, a iniciativa capacita o município para melhor governança das suas terras, promovendo justiça social”, ressaltou.

O lançamento do Programa Minha Terra foi acompanhado pelo diretor da ESMAM, desembargador José Jorge; os corregedores-gerais dos estados que compõem a região do Matopiba, desembargadores Osvaldo Bonfim (CGJ-BA), Fernando Lopes (CGJ-PI) e Etelvina Sampaio (CGJ-TO); além de magistrados de diversas comarcas maranhenses.

Também participaram da solenidade o secretário de Estado das Cidades, Márcio Jerry; o prefeito do município de Tuntum, Fernando Pessoa, representando a Federação dos Municípios do Maranhão; prefeitos; técnicos municipais; cartorários e representantes de entidades parceiras ligadas ao tema.

AGENDA 2030 DA ONU

A promoção do acesso e da regularização da terra está inserida na Agenda 2030, que trata dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas. A partir da adoção dessa pauta, que o corregedor-geral, desembargador Paulo Velten classificou como a principal agenda planetária, a atual gestão da Corregedoria (biênio 2020-2022) também definiu como prioritárias as ações de acesso e regularização de terras em áreas rurais e urbanas.

Assessoria de Comunicação
Corregedoria Geral da Justiça

COLUNAÇO DO PÊTA

No início da semana, um leitor procurou o Colunaço do Pêta para dizer que no TJ-MA os servidores estariam sendo obrigados a trabalhar em meio à pandemia, sem direto ao trabalho a distância e sim presencial!!! E que haveria casos de pessoas infectadas trabalhando!!! A coluna entrou em contato com o tribunal, que foi taxativo em afirmar que a denúncia não procede!!! “Ocorre exatamente o contrário. Boa parte de nós, membros do Poder Judiciário, segue em trabalho remoto: os integrantes de grupo de risco, desde o início da pandemia, ainda em março do ano passado. Os que trabalham presencialmente o fazem em expediente reduzido e em escala de revezamento para evitar aglomerações, conforme portaria da presidência. Todos seguindo as recomendações sanitárias e recebendo seus salários integrais”, explicou a fonte consultada pelo Colunaço!!! É isso aí!!!

Defensores públicos estaduais voltam a pedir lockdown por 14 dias no Maranhão

Mais uma vez, o pedido será apreciado pelo juiz Douglas de Melo Martins.

Fonte: Luciene Vieira

Data de publicação: 28/02/2021

Os defensores Clarice Binda e Cosmo da Silva querem lockdown por 14 dias no Maranhão (Foto: Gilson Ferreira)

O que é preciso fazer para evitar o colapso da saúde no Maranhão? Para os defensores públicos estaduais Clarice Viana Binda, do Núcleo de Direitos Humanos; e Cosmo Sobral da Silva, do Núcleo de Defesa da Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa, o Estado e os municípios deveriam estar mais ativos, a respeito do momento crítico e de altíssimo risco para todos. Por isso mesmo, eles não veem caminho diferente do que um lockdown por 14 dias, ao menos, para que se avalie, a partir daí, os resultados.

Logo, na noite de sexta-feira (26), Clarice e Cosmo fizeram novo pedido de endurecimento da quarentena à Justiça. Na ação civil pública, informam que a rede pública hospitalar na cidade de Imperatriz até sexta-feira estava com 100% de ocupação de leitos clínicos para Covid-19, conforme Boletim Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

A petição foi enviada para a Vara de Direitos Difusos e Coletivos de São Luís, com titularidade do juiz Douglas de Melo Martins. O documento está na primeira instância, e caso o pedido seja indeferido, os defensores públicos estaduais podem (sempre) recorrer.

“A criação de novos leitos não é suficiente para frear o ritmo do contágio do coronavírus, no Maranhão. A taxa de ocupação de leitos de UTI e de leitos clínicos na região metropolitana e em Imperatriz continuam acima de 80%, chegando a dias com mais de 90% de ocupação. Na sexta-feira, 91,19% dos leitos de UTI da Grande Ilha estavam ocupados, conforme o boletim da SES. É necessário um lockdown. Há omissão de governantes (governador e prefeitos), logo, a DPE está agindo”, informou Clarice.

Clarice e Cosmo justificam que o boletim epidemiológico da SES divulgado na sexta-feira informava existência de 159 leitos de UTI para Covid-19 na Grande Ilha. Isso, segundo os defensores públicos estaduais, significa um aumento de 48 leitos de UTI exclusivo para Covid-19, no total das quatro cidades que formam a região metropolitana: São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar. A taxa de ocupação seria de 91,19%.

“Portanto, esses números mostram que, mesmo com a criação de 48 leitos de UTI para Covid-19, nesta região, em menos de um mês houve no mesmo período um aumento de quase 10% na taxa de ocupação desses leitos, demonstrando que é notadamente infrutífera a tentativa de combater o vírus apenas com a criação de leitos”, declararam Cosmo e Clarice, na petição.

Os defensores públicos estaduais pedem que, em 48 horas, sejam adotadas medidas para restrição total de atividades comercial e social, não essenciais no território maranhense pelo prazo de 14 dias, ou seja, lockdown por duas semanas.

Outra solicitação é que seja restringida a circulação de veículos particulares exclusivamente para deslocamento ao trabalho de pessoas ligadas às atividades essenciais ou para compra de gêneros alimentícios e medicamentos. Ou, ainda, para atendimento médico-hospitalar, assim como suspendendo o serviço de transporte rodoviário intermunicipal e restringindo a circulação de veículos nas rodovias estaduais do Maranhão, exclusivamente para descolamento ao trabalho de pessoas ligadas às atividades essenciais, ou para atendimento médico.

Clarice e Cosmo pedem ainda redução no número de trajetos do transporte aquaviário intermunicipal de passageiros e veículos por meio de ferry-boats.

FISCALIZAÇÃO

Também foi pedido um limite no funcionamento do transporte público urbano ao mínimo necessário, para garantir o deslocamento ao trabalho de pessoas ligadas às atividades essenciais.

E, por fim, que o Estado e municípios usem todo seu efetivo disponível nas polícias Civil e Militar, bem como demais funcionários públicos estaduais e municipais da área de fiscalização em geral, para que seja exercido efetivamente a atividade fiscalizatória de cumprimento do lockdown.

CGJ-MA proíbe atuação das contadorias judiciais em processos de fora da comarca

A atuação das contadorias judiciais deve se limitar à elaboração de cálculos relativos a processos distribuídos no âmbito da competência territorial da unidade jurisdicional. É proibido o seu funcionamento nos processos que tramitam em comarca diversa.

A determinação é do Corregedor Geral da Justiça, desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, por meio do Provimento 11/2021, expedido nesta quinta-feira, 25. Segundo a norma, por ocasião da análise dos pedidos de remessa dos autos para a contadoria judicial, deverão os juízes atentar para a efetiva necessidade da medida no caso concreto, evitando a utilização de despachos padrão que sobrecarregam, desnecessariamente, esse setor.

A orientação da CGJ-MA objetiva racionalizar as demandas direcionadas ao contabilista da unidade, cuja atuação deve se ater aos casos em que for exigida a elaboração de cálculos complexos, impossíveis de serem realizados pelas partes mediante simples operação aritmética, e cujo excesso não possa ser identificado de plano pelo julgador.

Ainda de acordo com o provimento, excepcionalmente, o juiz poderá recorrer ao contabilista da unidade jurisdicional para a verificação dos cálculos apresentados pelas partes, conforme o artigo 524, parágrafo segundo, do Código de Processo Civil. "A simples alegação de necessidade de apuração de valores não tem o condão de obrigar a remessa dos autos à contadoria judicial, se tal medida não se mostrar necessária no caso, em face da sua atuação subsidiária", afirma o corregedor no provimento.

Adolescentes da Funac participam do ENEM PPL

O Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privada de Liberdade (ENEM PPL) ocorreu com tranquilidade nos Centros Socioeducativos da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), localizados na Região Metropolitana de São Luís e em Imperatriz, com a participação de 29 adolescentes.

As provas tiveram o mesmo nível de dificuldades do ENEM regular e envolveram questões de Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação, além de questões relacionadas à área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias.

Mesmo sendo o 2020 um ano atípico, por conta da pandemia da Covid-19, a Funac investiu em ações voltadas para a educação. Com um cenário desafiador, por conta da suspensão das aulas presenciais, o cronograma de estudos foi mantido e acompanhado pela equipe pedagógica das unidades.

A presidente da Funac, Sorimar Sabóia, comemora a participação dos socioeducandos no ENEM e ressalta que, para eles, o exame proporciona não só a conclusão do ensino médio, mas a oportunidade de continuidade dos estudos em uma faculdade. "As atividades sociopedagógicas realizadas nos Centros Socioeducativos incentivam essa participação, fazendo com que eles acreditem nas oportunidades que a educação formal oferece, tanto na escolha de uma profissão, quanto na construção de uma nova história", afirmou.

Um adolescente que realizou o exame em Imperatriz informou que se dedicou para a realização da prova e qual carreira pretende seguir. "Quero cursar Direito e ingressar na carreira de juiz. Mantive uma rotina de estudos diária de 5h e foi essencial o acompanhamento dos profissionais do Centro Socioeducativo, que próximo da data prova, reforçaram o conteúdo, que serviu para intensificar a aprendizagem".

A pedagoga do Centro Socioeducativo de Internação Semear, Shirlene Torquato, ressaltou o quanto as ações educacionais impactam positivamente na vida dos educandos. "Faz com que os adolescentes se sintam incluídos na sociedade, por meio do estudo e tenham a garantia da escolarização, com foco na Universidade e possam seguir uma carreira", pontuou.

O socioeducando do Centro Socioeducativo de Internação do Vinhais destaca a sua superação. "É muito importante essa oportunidade para mostrar para a sociedade que é possível construir uma nova história por meio da educação", comenta.

A pedagoga da unidade do Vinhais, Ligia Santos, pontuou que os adolescentes tiveram todo o suporte para a preparação do exame. "Realizamos um trabalho pedagógico intenso com escolha de temas e metodologias que possibilitavam o estudo a distância. As atividades feitas eram recolhidas, corrigidas e depois devolvidas com os comentários sobre as dúvidas de cada um. Foram realizadas ainda rotinas de estudos, com simulação de provas e debates temáticos. Nas aulas remotas, os professores enviavam os conteúdos e a equipe pedagógica aplicava em sala de aula", explicou.

O sonho de poder construir uma nova história e ingressar na tão sonhada faculdade motivou as adolescentes do Florescer, como avalia a pedagoga, Iranildes Silva. "O exame do ENEM foi de grande relevância para as

socioeducandas; os dois dias de prova foram de muitas expectativas e esperanças. Este é um momento muito rico e muito oportuno para as adolescentes que consideraram muito positivo a primeira experiência em participar do ENEM PPL", declarou a pedagoga.

Os participantes com ensino médio poderão utilizar o desempenho no exame como mecanismo de acesso ao ensino superior por meio de programas como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), para vagas em universidades públicas, além do acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação superior.

Caso os (as) adolescentes sejam aprovados, a direção do Centro Socioeducativo faz, junto ao educando, a seleção do local, universidade e curso de interesse. Posteriormente, é feita a matrícula na universidade e a unidade comunica ao juiz responsável, para liberação e início do curso.

Corregedoria promove reunião técnica sobre regularização fundiária

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Núcleo de Regularização Fundiária, promoveu, nesta quinta-feira (25), a 1ª Reunião de Articulação para Regularização Fundiária no Estado. O encontro foi realizado em plataforma virtual e contou com a participação de técnicos de cerca de 30 prefeituras e cartórios, incluindo os municípios com menor IDH do Maranhão.

Coordenada pela juíza Ticiany Gedeon, o encontro contou com a participação do consultor da FAO e do Banco Mundial em Governança de Terras, Richard Torsiano. Ele apresentou o projeto Minha Cidade Legal, executado em municípios piauienses, e fez esclarecimentos sobre marcos legais para a regularização fundiária e deu diretrizes práticas para elaboração de projetos de regularização.

Richard disse que é importante que os municípios consigam executar suas políticas fundiárias, com emprego de equipe multidisciplinar capacitada e do emprego de tecnologias, a exemplo daquelas necessárias para cadastro, demarcação de áreas e agilização de processos junto aos cartórios.

Torsiano ainda lembrou que é grande o percentual de informalidade de ocupações de áreas urbanas em todo o país, com regiões que podem atingir até 70% dos imóveis. Segundo ele, esse quadro impacta não apenas na dignidade das pessoas, mas também na economia, uma vez que não é possível a obtenção de créditos para melhorias necessárias ou mesmo financiar a venda do bem.

A coordenadora do Núcleo, juíza Ticiany Gedeon, reforçou que a Corregedoria tem dado especial atenção, incluindo a matéria no rol de prioridades da sua atuação. Ela enfatizou que é preciso reforçar a atuação conjunta com os demais atores sociais para garantir a efetivação da regularização fundiária, que foi classificada pela magistrada como uma política estruturante e de justiça social.

Ticiany antecipou a previsão de cursos promovidos pela plataforma de Educação a Distância da Escola da Magistratura para capacitação dos técnicos que vão atuar no desenvolvimento e execução dos projetos. A juíza ainda ressaltou que será celebrado um termo de cooperação com os municípios prioritários, aos quais também serão enviados planos de ação. A próxima reunião deve acontecer no dia 15 de abril.

SOBRE O NÚCLEO

O Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana da Corregedoria Geral da Justiça foi implantado em 2020 e é supervisionado pela juíza corregedora Sara Gama. Sua finalidade é de auxiliar nos processos administrativos envolvendo conflitos fundiários que tramitam no âmbito da CGJ-MA e dos juízes corregedores permanentes de cada comarca. Também monitora e fiscaliza a atividade dos cartórios de registro de imóveis, nas questões relacionadas à regularização fundiária.

O Núcleo também tem a função de promover a atuação interinstitucional e de auxiliar na elaboração de projetos de regularização fundiária, prioritariamente aqueles voltados para os imóveis rurais ou urbanos em regime de

economia familiar, terras ocupadas por quilombolas e outras comunidades tradicionais.

As atividades do Núcleo estão baseadas nas Diretrizes Voluntárias para Governança de Terras e seguem orientações propostas pela Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), que tratam dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).